

COMÉRCIO EXTERNO DE PRODUTOS AGRÁRIOS EM PORTUGAL

ALBERTO DE ALARCÃO *

Longe vão os tempos da Idade Média em que mais de 80% da população do Reino de Portugal e do(s) Algarve(s) se dedicava à agricultura, pastorícia, floresta e caça, e pequenos *excedentes* de produções agrárias criadas no âmbito de minúsculas “explorações artesanais” familiares, se trocavam ou vendiam em bucólicas *feiras* restritamente *locais* (paroquiais ou, quando muito, concelhias), ou já também, após reclamações do Povo às Cortes, nas regamente autorizadas feiras “*francas*” de âmbito geográfico e político-administrativo mais alargado, aonde se podiam deslocar populações de concelhos vizinhos atraídos pela *procura* e consumo de residentes das principais cidades ou outros povoados (“burgos”) demograficamente mais importantes, facilitada que também começava a ser a deslocação por vias de comunicação melhoradas e recurso a meios de transporte, não já exclusivamente humano, a pé, mas animal outrossim.

Tardaram o “Século das Luzes”, as mudanças culturais, de mentalidade e de técnicas, a revolução industrial e a conseqüente urbanização maciça de populações migrantes, a chegar ao reino de Portugal, não admira assim que, ainda no dealbar do século XX, mais de 80% da população residisse no campo e 60% vivesse da realidade e ruralidade agrárias, mantendo hábitos, usos e costumes, habilitações sócio-culturais e profissionais, estruturas agrárias e condições de trabalho e produção ancestrais, “tradicionais”, autoproduzindo, abastecendo-se, autoconsumindo, produtos e géneros alimentares (e não só ...) que quase um milhão de pequenas “explorações” agrícolas, microfundiárias em grande parte, se esforçavam por corresponder à procura e necessidades primárias (agro-alimentares e outras), próprias e/ou alheias, da população residente em terras de Portugal.

Com a implantação da República Portuguesa e o “Estado (dito então) Novo” houve quem pensasse que poderíamos permitir prosseguir “orgulhosa-

* Eng.º Agr.º, ex-Investigador da F C Gulbenkian / CE Economia Agrária. Equip. Prof. Coordenador do IPS/ESA Santarém.

mente sós” com uma “política agrária” eminentemente *nacional*(ista), em que através da “Campanha do Trigo” e da “Campanha de Produção Agrária” se tentava autonomamente *produzir* tudo quanto se necessitasse para satisfazer a acrescida e mais alargada procura, a nível nacional, das populações restantes no agro ou migradas para as cidades/centros urbanos em desenvolvimento, “fechando” ao mesmo tempo protecționisticamente com imposições, alcavalas e direitos aduaneiros as fronteiras da *importação* e estimulando com *preços* oficiais internos, algo artificiais, as condições de produção num quadro geopolítico de “independência” nacional ou de, quando muito, alguma inserção e vida económica limitadamente internacional (OCDE, EFTA, etc.).

E até, nomeadamente, em períodos de graves crises económicas e de relações internacionais (guerra civil de Espanha, II Grande Guerra Mundial), se limitava (racionamento) e autocontrolava a movimentação interna de produtos ou mercadorias agrárias nacionais, criando uma vasta rede de organismos (F N P Trigo, C R C Arroz, C R Cereais do Arq. Açores, J N Frutas, J N Vinhos, J N Azeite, J N Prod. Pecuários e até J N Cortiça e J N Prod. Resinosos) de “coordenação económica” e/ou “corporativos” (Corporação da Lavoura, Federações e Grémios da Lavoura) que, para além de armazenagem/conservação/comercialização, criavam por vezes sérios obstáculos à *livre* circulação, venda e até consumo de produtos agrários em Portugal.

Em fase de maior normalidade política, económico-social e cultural, de reconstrução (Plano Marshall, etc.) e expansão das economias europeias, de melhoria das escolaridades e condições de trabalho e vida das populações, de aumentos de rendimentos, poupança e investimentos reprodutivos, de fomento e modernização das actividades económicas nomeadamente nacionais, de migrações incrementadas e urbanização das gentes, de alteração de hábitos, consumos e géneros de vida, os *mercados* internos e externos expandiram-se, a criatividade e inovação instalaram-se, alargaram-se a gama de bens e serviços, a procura, o consumo e a satisfação de novas ou renovadas *necessidades* – e com ela, a reorganização de estruturas, actividades e processos produtivos ou de comercialização, estimulando a permuta interna e *externa* de produtos agrários, de que esta última nos dão conta os Quadros 1 – Importação, 2 – Exportação e 3 – Saldo do Comércio Externo (de produtos agrários) de Portugal.

Com o 25 de Abril de 1974, e a instauração de um regime democrático em Portugal, ultrapassaram-se as limitações, fundamentalmente políticas, de aceitação do país no seio não já, apenas, de uma Associação Europeia de Livres Trocas (EFTA, em sua sigla inglesa), mas de uma verdadeira e mais ampla *integração* económica, social e política no quadro de uma progressivamente alargada Comunidade Económica Europeia (CEE 6, 9, 10, 12) que haveria de volver-se União Europeia (UE), a abrir-se cada vez mais a países da Europa de Leste e Setentrionais.

Não remontando às balanças comerciais de tempos de antanho, em que produtos agrários marcavam já presença (vinhos, frutos nomeadamente secos, azeite, animais, carne ou mel e cera, madeiras, cortiça, resina, etc.) pode ter sobremodo interesse comparar a evolução comercial externa experimentada entre o findar da segunda Grande Guerra Mundial, a consolidação do regime democrático em Portugal (1975), a passagem da fase de livres trocas da EFTA para a integração do país na CEE (1986) até à actualidade dos dados estatísticos disponíveis (1997) do *Comércio Externo* de Portugal.

Tomando como referência central o ano de 1986, o primeiro de nossa adesão a tal Comunidade (CEE 10 → 12), e cujos montantes de valores monetários (em milhares de contos: 10⁶ ESC) faremos equivaler a números-índice 100, vejamos como vinham a evoluir e passaram a expandir-se as *importações*, *exportações* e *saldos* da balança comercial de produtos agrários em Portugal, referenciando ainda, como data histórica, o ano de 1950, de alguma já normalidade ou estabilidade política e económica europeias.

COMÉRCIO EXTERMO DE PRODUTOS AGRÁRIOS, EM PORTUGAL

Quadro 1 – IMPORTAÇÃO.

(Un.: 10⁶ ESC)

Secções* das pautas comerciais	1950		1975		1986		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I. Animais vivos e produtos do reino animal	114	1,4	8 134	3,9	54 008	3,7	233 452	4,0
<i>N.º índice</i>			15		100		432	
II. Produtos do reino vegetal	1 007	12,8	23 296	11,2	109 123	7,6	252 894	4,3
<i>N.º índice</i>			21		100		232	
III. Gorduras e óleos animais ou vegetais, ceras...	p.m.		1 477	0,7	3 247	0,2	31 598	0,5
<i>N.º índice</i>			45		100		973	
Subtotal II+III. Prod. vegetais	1 007	12,8	24 773	11,9	112 370	7,8	284 492	4,8
<i>N.º índice</i>			22		100		253	
IV. Produtos agro-industriais	1 722	21,9	14 495	7,0	34 628	2,4	235 609	4,0
<i>N.º índice</i>			42		100		680	
(...)								
IX. Madeira e cortiça e suas obras, cestaria,...	11	0,1	1 691	0,8	16 116	1,1	88 142	1,5
<i>N.º índice</i>			10		100		547	
X. Pasta de madeira, papel e cartão e suas obras	86	1,1	3 003	1,4	28 595	2,0	156 160	2,7
<i>N.º índice</i>			11		100		546	
Subtotal IX+X. Prod. florestais	97	1,2	4 694	2,3	44 711	3,1	244 302	4,2
<i>N.º índice</i>			10		100		546	
Total AGRÁRIO	2 940	37,3	52 096	25,1	245 717	17,0	997 855	17,0
<i>N.º índice</i>			21		100		406	
(...)								
Total IMPORTAÇÃO	7 879	100,0	207 564	100,0	1 442 493	100,0	5 876 596	100,0
<i>N.º índice</i>			14		100		407	

COMÉRCIO EXTERMO DE PRODUTOS AGRÁRIOS, EM PORTUGAL

Quadro 2 – EXPORTAÇÃO

(Un.: 10⁶ ESC)

Secções* das pautas comerciais	1950		1975		1986		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I. Animais vivos e produtos do reino animal	244	4,6	1 283	1,2	13 362	1,2	64 378	1,6
<i>N.º índice</i>			10		100		482	
II. Produtos do reino vegetal	957	17,9	1 769	1,6	9 898	0,9	38 828	1,0
<i>N.º índice</i>			18		100		392	
III. Gorduras e óleos animais ou vegetais, ceras...	p.m.		687	0,6	7 568	0,7	26 871	0,7
<i>N.º índice</i>			9		100		355	
Subtotal II+III. Prod. vegetais	957	17,9	2 456	2,3	17 466	1,6	65 699	1,6
<i>N.º índice</i>			14		100		376	
IV. Produtos agro-industriais	1 099	20,6	13 636	12,7	68 748	6,4	171 287	4,2
<i>N.º índice</i>			20		100		249	
(...)								
IX. Madeira e cortiça e suas obras, cestaria,...	594	11,1	8 510	7,9	75 738	7,0	198 080	4,9
<i>N.º índice</i>			11		100		262	
X. Pasta de madeira, papel e cartão e suas obras	22	0,4	7 375	6,9	71 454	6,6	195 195	4,8
<i>N.º índice</i>			10,3		100		273	
Subtotal IX+X. Prod. florestais	616	11,5	15 885	14,8	147 192	13,6	393 275	9,7
<i>N.º índice</i>			11		100		267	
Total AGRÁRIO	2 916	54,7	33 260	31,0	246 768	22,8	694 639	17,1
<i>N.º índice</i>			13		100		281	
(...)								
Total EXPORTAÇÃO	5 334	100,0	107 273	100,0	1 082 261	100,0	4 056 100	100,0
<i>N.º índice</i>			10		100		375	

COMÉRCIO EXTERMO DE PRODUTOS AGRÁRIOS, EM PORTUGAL

Quadro 3 – SALDO DO COMÉRCIO EXTERNO

(Un.: 10⁶ ESC)

Secções* das pautas comerciais	1950		1975		1986		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I. Animais vivos e produtos do reino animal <i>N.º índice</i>	+ 130	+ 5,1	- 6 851 17	6,8	- 40 646 100	- 11,3	- 169 074 416	9,3
II. Produtos do reino vegetal <i>N.º índice</i>	- 50	- 2,0	- 21 527 22	21,5	- 99 225 100	27,5	- 214 066 216	11,8
III. Gorduras e óleos animais ou vegetais, ceras... <i>N.º índice</i>	p.m.		- 790 - 18	0,8	+ 4 321 100	1,2	- 4 727 - 109	0,3
Subtotal II+III. Prod. vegetais <i>N.º índice</i>	- 50	- 2,0	- 22 317 24	22,3	- 94 904 100	- 26,3	- 218 793 231	12,0
IV. Produtos agro-industriais <i>N.º índice</i>	- 623	- 24,5	- 859 - 3	0,9	+ 34 120 100	9,5	- 64 322 - 189	3,5
(...)								
IX. Madeira e cortiça e suas obras, cestaria,... <i>N.º índice</i>	+ 583	+ 22,9	+ 6 819 11	6,8	+ 59 623 100	16,6	+ 109 938 184	6,0
X. Pasta de madeira, papel e cartão e suas obras <i>N.º índice</i>	- 64	- 2,5	+ 4 372 10	4,4	+ 42 860 100	11,9	+ 39 035 91	2,1
Subtotal IX+X. Prod. florestais <i>N.º índice</i>	+ 519	+ 20,4	+ 11 191 11	11,2	+ 102 481 100	28,4	+ 148 973 145	8,2
Total AGRÁRIO <i>N.º índice</i>	- 24	- 0,9	- 18 836 - 1 792	- 18,8	+ 1 051 100	0,3	- 303 216 - 28 850	- 16,7
(...)								
SALDO COMERCIAL <i>N.º índice</i>	- 2 545	100,0	- 100 291 28	100,0	- 360 232 100	100,0	- 1 820 496 505	100,0

* Designações abreviadas ou adaptadas das actuais Nomenclaturas oficiais.

Os produtos agrários representavam nas pautas do nosso Comércio Externo os seguintes valores monetários:

(Un.: 10⁶ ESC)

Anos	Comércio Externo agrário			Taxa de cobertura Exp./Imp.
	Importação	Exportação	Saldo	
1950	2 940	2 916	- 24	0,99
1975	52 096	33 260	- 18 836	0,64
1986	245 717	246 768	+ 1 051	1,00
1997	997 855	694 639	- 303 216	0,70

em fortíssimo crescimento de importações e exportações, a que não é alheio o processo inflacionista nacional e/ou internacional (Guerras no Ultramar, nacionalizações e “choques” petrolíferos, 25 de Abril de 1974 e instauração do regime democrático com liberalização político-económica, social, laboral, etc.) com a consequente desvalorização da moeda e “actualização” de salários, custos, preços, valores...

A balança comercial agrária portuguesa que, de fracamente negativa em meados deste século XX, se volvera já notoriamente negativa em 1975, haveria de equilibrar-se – ou até exceder ligeiramente – à data de 1986, sofrendo após a adesão à CEE a influência da concorrência externa, da melhor organização comercial e da *livre circulação de produtos*, frequentemente obtidos a menores custos de produção e venda.

Em termos de Balança Comercial total:

(Un.: 10⁶ ESC)

Anos	Comércio Externo total			Taxa de cobertura Exp./Imp.
	Importação	Exportação	Saldo	
1950	7 879	5 334	- 2 545	0,68
1975	207 564	107 273	- 100 291	0,52
1986	1 442 493	1 082 261	- 360 232	0,75
1997	5 876 596	4 056 100	- 1 820 496	0,69

também eles inflacionados em termos de valores por via, nomeadamente, da debilidade do poder de compra da moeda portuguesa, e notoriamente mais desequilibrados pelo atraso do nosso processo de desenvolvimento económico em outros bens de produção e/ou consumo (industriais, p. ex.), as anteriores movimentações agrárias representariam monetariamente:

Anos	% do valor dos Produtos agrários no total de		
	Importação (-)	Exportação (+)	Saldo (±)
1950	37,3	54,7	(-) 0,8
1975	25,1	31,0	(-) 18,8
1986	17,0	22,8	(+) 0,3
1997	17,0	17,1	(-) 16,7

num regredir da sua importância valorativa à medida que despontavam novos bens e se afirmavam outras “necessidades” e possibilidades técnicas, económicas e até sociais de lhes dar satisfação: sendo um terço do montante global das importações em 1950 as respeitantes ao sector agrário (37,3%), já só representam ultimamente entre um sexto e um sétimo, do mesmo passo que o apelo externo dos nossos produtos agrários (Portugal, país rural e agrário ainda em 1950, de que só começou a emancipar-se com os Planos de Fomento a partir de 1953) cairia de mais de metade (54,7%) para igualmente um sexto ou um sétimo do valor das exportações totais.

Exportava-se (Quadro 2) o que então essencialmente se produzia e excedia as capacidades normais do consumo interno: produtos agro-industriais (vinho, p. ex.), alguns produtos vegetais como hortofrutícolas, gorduras e óleos (azeite, p. ex.), gados, madeira e cortiça e suas obras, importavam-se (Quadro 1) igualmente produtos do reino vegetal (cereais, etc.) e outros agro-industriais, o sector florestal quase passando despercebido na importação, até por bastante autosuficiente ao tempo.

Quase meio século decorrido contam nas exportações sobremodo os produtos florestais (9,7% do total global) apesar do limitado aproveitamento das potencialidades e terras disponíveis, os produtos agro-industriais transformados em crescendo de valores absolutos, esses e os demais em crise relativa face a novas ou renovadas exportações.

Nas importações começam agora a sobressair já não tanto os produtos agro-industriais (a industrialização dos produtos agrários nacionais *começa* a ser um facto...) e os do reino vegetal mas, inclusivé, matérias-primas florestais, seus derivados (pasta, papel, etc.) e obras, ou também animais e seus produtos, que aos anteriores se associam, numa invasão de produtos ou bens agrários, concorrenciais em diversidade de produtos, marcas, apresentação, preços e até frequentemente qualidade, que vão deixando mozza nas actividades produtivas tradicionais e em sectores da pequena à grande distribuição comercial – a desagregação e tratamento estatístico por subrubricas e por produtos das pautas comerciais (que não tentámos...) pode ser preciosa fonte de dados e informação, assim os empresários e suas associações os explorem, estudem e aproveitem as lições dos números.

Diversos hão-de ser, compreensivelmente, os ritmos de progressão dos valores monetários consoante os *produtos* (ou conjuntos) considerados, sendo possível termos uma ideia através da *desagregação* desses valores das importações e exportações agrárias pelas diversas componentes (nomeadamente “Secções”) das pautas comerciais que os mesmos Quadros 1, 2 e 3 inscrevem.

Tomando como referência o primeiro ano de integração de Portugal na CEE (1986), os *números-índice* que expressam os maiores ou menores crescimentos dos valores de importação e de exportação agrários nos períodos de 1975 – 86 e de 1986 – 97 são os que escalonadamente se inscrevem:

Posição	Importação			Exportação				
	1975	1986	1997	1975	1986	1997		
1	Madeira	10,4	Gorduras	973	Gorduras	9	Animais	482
2	Papel	10,5	Pr. Agr-ind.	680	Animais	9,6	Pr. Veget.	392
3	Animais	15	Madeira	547	Papel	10	Gorduras	355
4	Pr. Veget.	21	Papel	546	Madeira	11	Papel	273
5	Pr. Agr-ind.	42	Animais	432	Pr. Veget.	18	Madeira	262
6	Gorduras	45	Pr. Veget.	232	Pr. Agr-ind.	20	Pr. Agr-ind.	249

Ao passar-se de um mercado relativamente limitado e “autónomo” de 10 milhões de habitantes e bocas portuguesas para um mais vasto de 250 e mais milhões de residentes em passada CEE e bastante mais em futuras EU’s, abertas ficam as portas à invasão estrangeira de produtos agrários concorrenciais, mas também franqueadas se nos oferecem as fronteiras às nossas exportações agropecuárias e florestais se formos capazes de nos organizar económica, financeira, técnica, social, politicamente falando.

De balanças comerciais agrárias relativamente equilibradas no passado caminha-se assim para algum desequilíbrio de taxas de cobertura, à medida que mais e mais nos vamos integrando nos mercados progressivamente globais da Terra, se não soubermos reorganizar o nosso mundo agrário e suas actividades produtivas, transformadoras, comerciais.

Têm a palavra, e sobretudo a acção, os empresários e suas organizações... mas também os políticos clarividentes e defensores do Agro nacional...

Agricultura, economia e sociedade

Ensaio em homenagem ao Prof. Fernando Estácio

Lisboa 2001



in
Agricultura, economia e sociedade
Ensaios em homenagem ao Prof. Fernando Estácio
Lisboa 2001

FICHA TÉCNICA

Título Agricultura Economia e Sociedade
Ensaios em Homenagem ao Professor Fernando Estácio

Coordenação Técnica Madalena Barreira e Raul Jorge/ISA

Coordenação Editorial GEID/IFADAP

Editor Instituto de Financiamento e Apoio
ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas
IFADAP

Capa Ilustração: A. A. Monteiro Alves
Composição: Luis Blanco

Impressão SerSilito-Empresa Gráfica, Lda./Maia

Distribuição Gabinete de Estatística, Informação e Divulgação
Av. João Crisóstomo, nº 11-2º-1000 Lisboa
Tel. 21311 62 00 Fax: 21354 99 08
e-mail: Ifadap@ifadap.min-agricultura.pt

Tiragem 1000 exemplares

Depósito legal 139785/99

ISBN 972-8089-27-9

